



sociedade de turismo santa maria da feira

DM

Relatório & Contas 2021



santa maria da feira. com. municipal



termas | s.jorge



RELATÓRIO DE GESTÃO

31 DE dezembro DE 2021

1. Introdução

1.1. Mensagem da Administração

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, S.A. (doravante designada por Sociedade de Turismo), vem submeter à Vossa apreciação o relatório de gestão, balanço e contas referentes ao exercício de 2021.

1

Depois do ano 2020 fortemente marcado pelo contexto da pandemia Covid-19, cujas medidas de contenção da crise de saúde pública determinaram uma queda sem precedentes na atividade económica nacional e na atividade termal em particular, o ano de 2021 iniciou em plena 3ª vaga da pandemia, que condicionou fortemente a atividade do primeiro semestre.

Já no final do primeiro semestre, as termas reabriram, ainda em contexto de pandemia, tendo sido garantido o funcionamento contínuo e regular da atividade termal.

O processo de vacinação, as medidas de desconfinamento e o aliviar das medidas de contenção restabeleceram alguma confiança e impulsionaram a retoma da atividade face ao ano de 2020, ainda que muito aquém da performance de 2019.

O cumprimento rigoroso de todas as medidas preventivas de contenção, sem qualquer caso positivo confirmado entre a sua equipa e/ou termalista em contexto



termal, atestam a segurança do estabelecimento termal, o que para nós motivo de orgulho, satisfação e agradecimento a todos os colaboradores.

Este foi também o ano da conclusão do processo de reestruturação empresarial e financeira da Sociedade de Turismo, que permitiu não só a capitalização da empresa, mas também a melhoria significativa da tesouraria e dos prazos de pagamento.

1.2. Perfil Empresarial

A SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A. é uma empresa local, com natureza municipal, de responsabilidade limitada, nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Por força do processo de transformação em empresa municipal terminado em 8 de fevereiro de 2021, com a alteração da composição do capital social, a Sociedade integra neste momento o setor empresarial local, detendo a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira 99,52% do capital social.

Os Estatutos da Sociedade de Turismo, na sua versão atual, definem como objeto social “o desenvolvimento da atividade termal, pela exploração comercial e turística de estabelecimentos termais e utilização da água mineral natural.”

Compete-lhe ainda promover a organização de atividades desportivas e/ou culturais, formação profissional, atividades turísticas, atividades de lazer, venda de artigos regionais, entre outros.

Neste contexto, a Sociedade de Turismo, em estreito alinhamento com as orientações estratégicas definidas pelo Município Santa Maria da Feira, estipuladas no Contrato-Programa celebrado em 10 de maio de 2021, é responsável pela exploração das Termas das Caldas de S. Jorge (doravante designadas por Termas).

1.3. Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Vitor Carlos Latourrette Marques

Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira

Rui Luís Campos de Oliveira



Assembleia Geral

José Carlos Baptista Martins

Maria da Conceição Machado Alvim Ferraz

Rui Miguel Gama Vasconcelos Pedrosa de Moura

Fiscal Único

António Magalhães & Carlos Santos Associados, SROC

1.4. Recursos Humanos

No ano de 2021 a época termal contou com a colaboração total de 33 funcionários, para além do Conselho de Administração da Sociedade de Turismo.

Dado o carácter sazonal da principal atividade, em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade de Turismo tinha apenas seis funcionários ao seu serviço, todos com vínculo contratual fixo estabelecido.

Os contratados a termo representaram um total de 5010 dias de trabalho.

Ao nível do absentismo, foram registados 94 dias de ausência laboral, dos quais 75% estão relacionados diretamente com a pandemia, sejam por motivo de apoio a menores seja por isolamento profilático.

Durante o ano de 2021, os colaboradores frequentaram um total de 245 horas de formação, essencialmente nas áreas de marketing digital, gestão de equipas, auditoria e controlo interno e de contratação pública.

2. Factos Relevantes da Atividade

2.1. Termas de S. Jorge

A evolução da pandemia Covid-19 no quarto trimestre de 2020 e os números da segunda vaga, levaram à declaração de estado de emergência, por via do Decreto do Presidente da República n.º 51-U/2020, de 6 de novembro, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública. Face à gravidade da 3ª vaga

sociedade de turismo de santa maria da feira em, s.a. | rua dos descobrimentos, n.º 12, r/c esq. | 4520-201 santa maria da feira capital social: 125.600 euros | NIPC 504134353 | Conservatória do Registo Comercial e Predial de santa maria da feira



vivenciada em janeiro, que impuseram o reforço das medidas de contenção, por força do artigo 14º e do nº 8 do Anexo I do Decreto n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro, que regulamentou o estado de emergência renovado pelo Decreto do Presidente da República n.º 6-B/2021, de 13 de janeiro, foi determinado o encerramento dos estabelecimentos termais.

Por esse facto, a abertura da época termal 2021 em fevereiro, conforme plano de exploração aprovado, ficou desde logo comprometida. Na sequência da renovação da declaração do estado de emergência até 1 maio as termas mantiveram-se encerradas por imposição legal.

Considerando o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-C/2021 de 30 de abril, os estabelecimentos termais tiveram autorização de abertura a partir de 1 de maio desde que salvaguardadas as orientações emanadas e sem prejuízo dos habituais procedimentos legais e regulamentares.

Após o cumprimento rigoroso de todas os procedimentos habituais de reabertura, nomeadamente as prerrogativas do programa analítico de monitorização da qualidade microbiológica e das constantes físico-químicas da água mineral natural, bem como os procedimentos de higienização e desinfeção das instalações e equipamentos, as termas reabriram a 17 de maio ainda em contexto pandémico.

Cumprindo o modelo operativo, definido e aprovado pelas entidades competentes – Direção Geral da Saúde e Direção Geral de Energia e Geologia - a época termal 2021 teve início em 17 de maio e as Termas funcionaram mais uma vez sem qualquer paragem, ocorrência ou episódio associado à Covid-19 até 3 de dezembro, data prevista para o encerramento da época termal.

Foram mantidas todas as medidas preventivas adicionais adotadas, nomeadamente: na admissão de termalistas, na suspensão de tratamentos e nos indicadores de frequência máxima de termalistas por período/área de tratamento. Foram reforçados os procedimentos de higienização das instalações e equipamentos, o protocolo de conduta de higiene (pré e pós tratamento) e as recomendações de conduta social dos termalistas.

Face ao início da atividade tardio, as Termas estiveram em funcionamento 200 dias (contra 181 dias em 2020 e 292 em 2019) e registaram um total de 1715



67

inscrições (contra 1162 em 2020 e 2865 em 2019) para frequência termal. Apesar da recuperação face a 2020, ainda se registou uma quebra de 40% face a 2019.

Termalistas				
2021	2020	2019	dif#19'	dif#20'
1715	1162	2865	-40%	48%

Relativamente ao tipo de frequência, dos 1715 termalistas que frequentaram as Termas em 2021, 40% fizeram-no pela primeira vez.

Termalistas - tipo de frequência			
novos	novos	repetentes	total
	679	1036	1715

Do total de termalistas, 1162 frequentaram termas por motivos de reabilitação e terapêutica (Cura Termal), contra 1100 em 2020 e 2627 em 2019, o que representou uma quebra de 38% face a 2019 e um crescimento de 48% face a 2020.

5

Termalistas CT				
2021	2020	2019	dif#19'	dif#20'
1626	1100	2627	-38%	48%

O Projeto piloto previsto na Portaria 337-C/2018, de 30 de dezembro, que estabeleceu a comparticipação dos cuidados de saúde em termas pelo SNS, foi prolongado para o ano de 2021, pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o OE 2021.

Entre 17 de maio e 3 de dezembro foram rececionadas 862 requisições, das quais 349 representaram novos termalistas. Apesar do contexto pandémico, registou-se um crescimento não só face a 2020 (+138%) mas também em comparação com 2019 (+14%), o que demonstra a confiança não só dos termalistas, mas também dos seus médicos de família na frequência termal.

Termalistas CT sns				
2021	2020	2019	dif#19'	dif#20'
862	362	758	14%	138%

17
Q



Os termalistas com requisição do SNS representaram 53% do total de clientes Cura Termal, são maioritariamente utentes da Administração Regional do Norte (89%) e com a seguinte distribuição por indicação terapêutica:

Termalistas CT- SNS ->Patologia			
me	ori	pele	total
504	347	11	862

Registamos ainda a frequência termal pós doença covid-19, seja na área das vias respiratórias, seja na área músculo-esquelética.

Relativamente ao segmento bem-estar, por força da norma da DGS e do Plano de contingência que manteve suspensos os programas de bem-estar sem triagem clínica – Spabados, o número total de termalistas bem-estar em 2021 foi de 89 contra 62 em 2020 e 238 de 2019.

6

Durante a época termal 2021, as termas receberam aproximadamente 23.200 visitas para realização de práticas termais, significando uma média diária de 139 pessoas e 480 tratamentos.

PARCERIAS

À semelhança dos anos anteriores, mantivemos o relacionamento institucional com diversas entidades, tendo em vista a promoção do Termalismo em geral e das Termas de S. Jorge em particular.

Ao nível dos Programas Termais:

Caixa de Previdência dos Serviços Municipalizados de Gaia – com agendamento habitual no segundo semestre, foi possível receber em setembro um grupo de 41 beneficiários (contra 29 em 2020 e 49 em 2019) para 20 dias de tratamento termal.



Termal Sénior

No último trimestre de 2021 ainda foi possível reatar o projeto Termal Sénior, num total de 31 seniores de Santa Maria da Feira, S Joao da Madeira e Oliveira de Azeméis, suspenso em 2020.

Em 2019 a frequência termal ao abrigo deste projeto totalizou 136 seniores - 61 seniores feirenses (protocolo com Câmara Municipal de Santa Maria da Feira / divisão de Ação Social e Qualidade de Vida); 31 seniores sanjoanenses (protocolo com Junta de Freguesia de S. João da Madeira) e 44 seniores oliveirenses (protocolo com Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis).

Ao nível dos Protocolos celebrados:

Em 2021 celebraram-se quatro protocolos de parceria para promoção e frequência termal com as entidades: AMUT – Associação mutualidades de Gondomar, Colégio de Lamas, Casa do Pessoal da RTP e Casa do Pessoal do IMT.

No final de 2021 existiam 37 protocolos em vigor.

Ao nível institucional:

Associação das Termas de Portugal

A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A. é Presidente da Assembleia-Geral da ATP desde Abril de 2018.

O Diretor Clínico das Termas, Prof Doutor Pedro Cantista e a vogal do Conselho de Administração, Teresa Vieira, mantiveram a participação na Comissão Técnico Científica da ATP, coordenada pela última e que no ano de 2021 se debruçou sobre as questões da frequência termal pós-covid e iniciou a revisão do Manual de Boas Práticas dos Estabelecimentos Termais.

No final de 2021 foi reatada a operacionalização da Candidatura de Promoção- Termas de Portugal- É natural Estar Bem – uma parceria da ATP, Turismo de Portugal IP e das Termas aderentes, nas quais se incluem as Termas de S. Jorge. Para o lançamento da 2ª fase foram trabalhados programas integrados de alojamento e experiência termal, para lançamento e comercialização em 2022. A campanha



promocional “Desligue”, que tem como embaixadora a Marisa Liz, foi apresentada na Bolsa de Turismo de Lisboa a 18 de março de 2022.

Sociedade Portuguesa de Hidrologia e Climatologia

A SPHM é presidida pelo Prof. Doutor Pedro Cantista, Diretor Clínico das Termas de S. Jorge, que desde 2014 é também Presidente da Sociedade Mundial de Hidrologia e Climatologia.

Estabelecimentos de Ensino

Mantendo a política de aproximação à comunidade científica e aos estabelecimentos de ensino, mantivemos em 2021 a parceria com o ICBAS – Porto, no âmbito da cadeira de Hidrologia Clínica, cadeira opcional de mestrado integrado do Curso de Medicina, do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar – ICBAS, para a componente prática formativa, em vigor desde 2008. Ao abrigo deste protocolo recebemos em contexto de formação prática os alunos inscritos na cadeira no ano letivo 2021/2022.

No mesmo sentido, mantivemos o protocolo de parceria com o Agrupamento Coelho e Castro, no âmbito do Curso de Operador de Termalismo, estando a decorrer o curso iniciado no ano letivo 2018/2019, tendo já recebido em 2021, um estágio final curricular.

No âmbito do protocolo de parceria entre a Sociedade e a Escola de Saúde do Norte da Cruz Vermelha Portuguesa, que permitiu o lançamento do Curso Técnico Superior de Especialização em Termalismo e Bem-Estar em 2019 e concluído em 2021, com a formação prática de balneoterapia realizadas nas Termas e posteriormente, com estágios curriculares de 4 dos formandos.

No âmbito da formação específica de medicina física e reabilitação, foi realizado um estágio de medicina termal por um interno da especialidade do Centro Hospitalar do Porto.



REFORÇO DA VISIBILIDADE E NOTORIEDADE DAS TERMAS DE S. JORGE

Para o ano de 2021, o Conselho de Administração da Sociedade definiu como prioritário e estratégico o reforço da visibilidade e notoriedade das Termas S. Jorge, enquanto *equipamento de saúde e bem-estar de referência, com valências diferenciadas, pelos seus benefícios terapêuticos únicos, diversidade de produtos termais e competência dos seus profissionais.*

Durante o ano de 2021, foram realizadas ações de divulgação dirigidas especificamente à comunidade médica local e regional e nacional, visando o conhecimento da oferta termal e das valias terapêuticas da água mineral natural das Termas de S. Jorge, onde destacamos a participação na Reunião Coordenadores do Aces Feira/Arouca e a ações de comunicação personalizada a prescritores, via postal e via correio eletrónico, num total de mais de 230 contactos realizados.

Em parceria com o Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal foi iniciado um plano de comunicação, baseado numa estratégia de storytelling, onde os protagonistas são os termalistas. Em 2021 o projeto “Termas com história” contou com 3 publicações, que motivaram muito interesse não só nas redes sociais, mas também por parte da comunidade de saúde local, originando a sua republicação em meios de comunicação próprios.

Em 2021, as Termas granjearam 6 participações televisivas em diferentes canais e formatos, que permitiram uma grande visibilidade: RTP1 com um direto da Praça da Alegria; Porto Canal com uma reportagem no “Viver Aqui” e no programa “Consultório Médico”; Sic (bloco noticioso), Tvi (bloco noticioso) e no Canal Casa e Cozinha, o programa “Educando Noa” com o chefe Chakall. Para além de artigos em meios de comunicação escrita, digital e rádio, a nível local e nacional.

A abertura tardia e em contexto de pandemia Covid-19 obrigaram a um reforço das políticas de promoção junto do público final, mas também junto do público prescriptor, tendo como objetivo realçar os atributos diferenciados das Termas S. Jorge enquanto equipamento de saúde, com segurança e eficácia terapêutica reconhecidas, e demonstrar efeitos benéficos para a saúde na área da prevenção e promoção da



saúde e do bem-estar, reforçando a confiança dos seus potenciais utilizadores/prescritores.

A este nível, destacam-se como principais ações:

- A conceção e desenvolvimento do novo site das Termas de S. Jorge, que neste momento se encontra em fase final de revisão;

- A dinamização das redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube), tendo sido realizadas em 2021 mais de 120 publicações, numa comunicação permanente, às quais acrescem as publicações nas redes sociais do município (geral e visit feira);

- A presença em reuniões científicas, congressos médicos e eventos congéneres da área da saúde, que contaram com mais de 1.500 participantes, a saber:

- Jornadas “MGF Além-Fronteiras;

- Open Resident Day;

- 1º Encontro Ciclos da Qualidade Pensar Saúde;

- Jornadas de Pediatria/Neonatologia CHEDV

- Reunião coordenadores Aces Feira/Arouca

- XIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Hidrologia Médica (onde foi anunciada a realização em 2022 do XIV Congresso SPHM em Santa Maria da Feira)

No âmbito do plano de ações de marketing direto, numa aposta clara de proximidade das termas aos termalistas, foram realizados aproximadamente 4.500 contactos (sms e telemarketing).

Foram ainda realizadas ações de divulgação do termalismo dirigidas aos Presidentes de Junta de Freguesia do concelho de Santa Maria da Feira, tendo em vista a retoma do Programa Termal Sénior no nosso concelho.

A participação no parque temático de Natal “Perlim” com a dinamização da área temática (Re)canto da Natureza foi per si um momento de divulgação do termalismo, em particular do termalismo pediátrico, com um alcance nacional e internacional, em especial a Galiza.

2.2. Outras atividades



Durante o ano 2021 não foram realizados eventos de animação turístico- cultural, sejam ceias medievais, seja no âmbito da Viagem Medieval - “Banhos Públicos Medievais”. Não obstante, em abril de 2021, foi celebrado um protocolo com a Produtora Fado Filmes, de cedência de material propriedade da Sociedade de Turismo para a serie “A Rainha e a bastarda” que estreou em fevereiro último na RTP. Em contrapartida, foi garantida a oferta de materiais cenográficos produzidos à Viagem medieval e a inserção de cartões publicitários no final da emissão da serie.

Em dezembro, as Termas voltaram a participar no Parque Temático de Natal – Perlím, com o Gotinhas - mascote do termalismo pediátrico. Esta participação não teve qualquer contrapartida financeira.

3. Factos Económicos e Financeiros

POLÍTICA DE PREÇOS E ANÁLISE DAS VENDAS

Em 2021, mantivemos a tabela única ao longo de todo o ano, atualizada em 2019.

O volume de vendas em inscrições, consultas e tratamentos termais, produtos e serviços anexos, ascendeu a 479.711 euros, contra 329.572 euros em 2020 e 749.359 em 2019, registando um crescimento de 45% face ao ano de 2020, mas ainda a 36% do volume de negócios atingido em 2019. O segmento terapêutico representou 96 % do total das vendas. A faturação ao SNS representou 15% do total das vendas do segmento terapêutico e reabilitação.

vendas totais				
2021	2020	2019	dif#19'	dif#20'
479 711	329752	749359	-36%	45%

O volume de negócios atingido superou o orçamento inicial em 44%.



Vendas - Execução Orçamental			
orçº 21'	Execução 21'	aumº	%
332 000	479 711	147 711	144%

CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

Em 2021, os custos de exploração registaram crescimento face a 2020, decorrente do crescimento da atividade. No entanto, face ao peso da variante fixa dos custos o aumento não é de todo proporcional ao aumento verificado na frequência e no aumento das vendas.

A Rubrica dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) totalizou o montante de 214.813 euros, representando um aumento de 15% face ao exercício de 2020 e uma quebra total de 28 % relativamente ao ano de 2019. A rubrica que representou um maior crescimento foi a dos trabalhos especializados, diretamente relacionada com a frequência termal.

12

fse					
rubrica	2021	2020	2019	dif#19'	dif#20'
Trabalhos especializados	73 190	48 928	99 890	-27%	50%
Energia e fluídos	69 929	58 961	97 766	-28%	19%
Conservação, Reparação, Ferramentas e utensilios	35 358	32 060	42 562	-17%	10%
Outros fse	36 335	46 115	59 216	-39%	-21%
total	214 813	186 064	299 435	-28%	15%

A rubrica de custos com pessoal totalizou o montante de 398.861 euros (contra 350.098 euros em 2020), representando um aumento de 14% face a 2020 e uma quebra de 16% relativamente ao ano de 2019.

A estrutura de gastos operacionais totalizou em 2021 635.028 euros, representando um desvio orçamental de 2,5%.



Gastos - Execução Orçamental			
orç ^o 21 ^o	Execução 21 ^o	aum ^o	%
619 500	635 028	15 528	102,5%

4. Resultados e Execução Orçamental

Os resultados antes de impostos da Sociedade foram positivos em 73.591 euros. Por força do contrato-programa foi atribuído um subsídio no montante 295.000 euros.

A Sociedade apresenta uma taxa de execução orçamental de 124% na Receita total e 112% na Despesa total, atingindo um rácio de 69% das receitas próprias sobre a Despesa total.

O desvio na taxa de execução dos gastos totais está essencialmente relacionado com o aumento das depreciações do exercício, decorrente da decisão de iniciar a depreciação do ativo tangível reavaliado em 2019. A taxa de execução dos gastos operacionais foi de 102,5%, perfeitamente justificável e suportada na taxa de execução das receitas próprias atingida – 145%.

13

descrição	2021	orç ^o 21 ^o	tx.exec. %
receitas próprias	482 282	332 000,00	145%
Subsídios à Exploração CMF	295 000	295 000,00	100%
Receitas totais	777 282	627 000,00	124%
Gastos totais	703 692	627 000,00	112%
Resultado antes de impostos	73 591	0,00	
Peso das Receitas Próprias/ GT	69%	53%	
Peso do Subsídio à exploração/ GT	42%	47%	

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, resultou um resultado líquido positivo do exercício no montante de 56.075,81 €.

M
Q
[Handwritten signature]



Neste sentido, propomos que o resultado seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais: 2.803,79 euros;
- Resultados transitados: 53.272,02 euros.

6. Declaração e Factos Relevantes posteriores a 31 de dezembro de 2021

A Sociedade gestora não tem ações próprias e durante o exercício em análise não adquiriu nem alienou ações próprias.

A Sociedade não tem sucursais.

Durante o exercício em análise não foram concedidas autorizações para negócios entre a sociedade e os administradores, abrangidos pelo artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

14

Contexto sanitário e geopolítico

Apesar da evolução favorável da pandemia Covid-19 o ano 2022 continuará condicionado por esta e será fortemente influenciado pelos seus impactos diretos e indiretos.

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia e a incerteza sobre a sua resolução e reais consequências, agravou a pressão já sentida sobre os mercados em particular nas matérias primas e energia, antevendo uma escalada de preços que aliás já se verifica.

À presente data não é possível determinar os impactos que estes condicionalismos externos à atividade podem representar quer ao nível da execução da receita, mas essencialmente ao nível da despesa, nomeadamente na rubrica de fornecimentos e serviços externos.

O Conselho de Administração não tem conhecimento de outras ocorrências de fatos relevantes após o termo do exercício.



7. Situação perante a Segurança Social

Por último, e no cumprimento da lei, informamos que, em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade de Turismo não possuía dívidas em atraso à Segurança Social.

8. Considerações Finais

O ano de 2021 representou um ano de viragem da empresa, com a reestruturação empresarial e financeira e organizacional em paralelo com um contexto pandémico que ainda se fez refletir fortemente no mundo, no país, na sociedade e na economia.

Assim, terminamos este relatório agradecendo a todos que tornaram possível a concretização dos objetivos traçados para o ano 2021.

Em primeiro lugar, aos nossos Termalistas, que nos confiaram incondicionalmente a sua saúde, num reconhecimento da valia terapêutica e da segurança sanitária das Termas S. Jorge.

Um reconhecimento especial a toda a equipa da Sociedade, pela sua entrega, profissionalismo, responsabilidade e resiliência ao longo de todo este percurso.

Por último, um agradecimento a todos os membros dos órgãos estatutários que exerceram funções em 2021, em especial aos membros do C. Administração e aos nossos acionistas que continuam acreditar neste projeto.

Santa Maria da Feira, 24 de março de 2022

O Presidente do Conselho de Administração,



sociedade de turismo **santa maria da feira**

(Município de Santa Maria da Feira, representado por Vitor Carlos Latourrette
Marques, Dr.)

A Vogal do Conselho de Administração

(Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, D^{ña}.)

O Vogal do Conselho de Administração

(Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA, representada por Rui Luís Campos
Oliveira, Dr.)



Anexo ao Relatório Anual de Gestão

Informações sobre participações no capital da sociedade dos membros dos órgãos de administração e fiscalização – artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

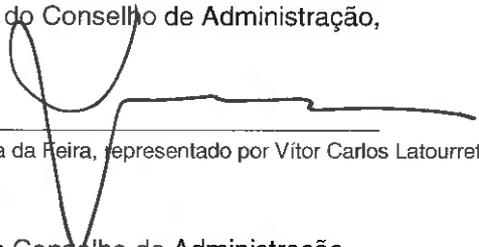
Conselho de Administração	Número de Ações detidas à data de	
	11-12-2021	31-12-2020
Dr. Vítor Carlos Latourrette Marques, não detém ações da sociedade, representa o Município de Santa Maria da Feira que detinha	1.250	1.250
Dra. Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, não detém ações da sociedade	0	0
Dr. Rui Luís Campos Oliveira, não detém ações da sociedade, representa Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA que detinha	1	1

Fiscal Único	Número de Ações detidas à data de	
	31-12-2021	31-12-2020
Dr. António Monteiro Magalhães, não detém ações da sociedade, representa a sociedade António Magalhães & Carlos Santos – SROC que detinha	0	0

Durante o exercício de 2021 não foram feitas quaisquer aquisições, onerações ou alienações.

Santa Maria da Feira, 24 de março de 2022

O Presidente do Conselho de Administração,



(Município de Santa Maria da Feira, representado por Vítor Carlos Latourrette Marques, Dr.)

A Vogal do Conselho de Administração



(Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, Dra.)

O Vogal do Conselho de Administração



(Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA, representada por Rui Luís Campos Oliveira, Dr.)



sociedade de turismo santa maria da feira

Balço individual em 31 de dezembro de 2021

(Euros)

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6 e 8	276.842,41	398.645,87
Outros investimentos financeiros		986,37	589,13
Ativos por impostos diferidos	22	49.041,31	69.199,36
		326.870,09	468.434,36
Ativo corrente			
Inventários	10	3.130,92	3.370,68
Cientes	13	16.364,78	9.846,22
Estado e outros entes públicos	12		6.883,32
Acionistas/Sócios		711,30	
Outros créditos a receber	13	622,28	20.566,39
Diferimentos	15	9.349,00	15.127,58
Caixa e depósitos bancários	5 e 16	239.440,02	71.149,53
		269.618,30	126.943,72
Total do Ativo		596.488,39	595.378,08
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	17	125.600,00	125.600,00
Outros instrumentos de capital próprio	19	667.000,00	667.000,00
Reservas legais	18	6.248,76	6.248,76
Resultados transitados		-896.917,50	-943.386,09
Excedentes de revalorização	20	203.236,88	293.684,01
Resultado líquido do período		56.075,81	-148.932,00
Total do Capital Próprio		161.243,95	214,68
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	300.000,00	63.241,58
Passivos por impostos diferidos	21	59.004,26	85.263,10
		359.004,26	148.504,68
Passivo corrente			
Fornecedores	13	8.874,85	16.993,11
Estado e outros entes públicos	12	27.117,48	26.144,91
Financiamentos obtidos	14		5.490,00
Outras dívidas a pagar	13	38.832,85	393.048,92
Diferimentos	15	1.415,00	4.981,78
		76.240,18	446.658,72
Total do Passivo		435.244,44	595.163,40
Total do Capital Próprio e do Passivo		596.488,39	595.378,08

O Contabilista Certificado

Fernando do Espírito Santo da Silva

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Demonstração dos resultados por naturezas
período findo em 31 de dezembro de 2021

(Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	23	479.711,41	329.572,43
Subsídios à exploração	24	295.777,47	59.679,18
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	-11.146,30	-7.500,59
Fornecedores e serviços externos	25	-214.812,62	-186.063,58
Gastos com pessoal	26	-398.860,82	-350.098,71
Outros rendimentos	23	1.793,25	17.630,27
Outros gastos	27	-10.207,77	-4.427,70
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		142.254,62^F	-141.208,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	-66.020,03	-2.948,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		76.234,59	-144.156,90
Juros e gastos similares suportados	29	-2.644,00	-4.028,72
Resultado antes de impostos		73.590,59	-148.185,62
Imposto sobre rendimento do período	30	-17.514,78	-746,38
Resultado líquido do período		56.075,81	-148.932,00
Resultado por ação básico		44,65	

O Contabilista Certificado

Flávia do Céu Soares da Silva

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]
1.1.1.1.1.

[Handwritten signature]



Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 2021 e 2020

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	+	479.308,99	355.323,31
Pagamentos a fornecedores	-	-234.077,18	-299.035,42
Pagamentos ao pessoal	-	-399.979,94	-313.576,33
Caixa gerada pelas operações	+/-	-154.748,13	-257.288,44
Pagamento/recabimento do imposto sobre o rendimento	+/-	-746,38	-2.017,00
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-49.567,63	-95.765,56
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	-205.062,14	-355.071,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-		-2.863,51
Investimentos financeiros	-	-1.000,52	-1.065,32
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		3.813,00
Investimentos financeiros	+	603,28	593,76
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	-397,24	477,93
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	734.080,45	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		422.000,00
Cobertura de prejuízos	+	147.474,32	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-505.160,90	-4.800,00
Juros e gastos similares	-	-2.644,00	-1.097,14
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	373.749,87	416.102,86
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	168.290,49	61.509,79
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	71.149,53	9.639,74
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	239.440,02	71.149,53

O Contabilista Certificado

Teresa do Céu Soares da Silva

O Conselho de Administração

Maria João Lopes de Almeida

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, S.A

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2021

(montantes expressos em euros)

1. Identificação da entidade e período de relato:

1.1 Designação da entidade

Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A.

1.2 Sede

Rua dos Descobrimentos n.º 12, Santa Maria da Feira

1.3 Natureza da atividade

A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A. ("Empresa") é uma sociedade anónima com sede em Santa Maria da Feira, constituída em 25 de novembro de 1997 e que tem como atividade principal o desenvolvimento da atividade termal, pela exploração comercial e turística de estabelecimentos termais e utilização da água mineral natural.

Atualmente, a Empresa encontra-se a explorar o balneário das Termas das Caldas de S. Jorge.

1.4 Designação e sede da empresa-mãe final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas.

Não aplicável

1.5 Designação e sede da empresa-mãe intermédia local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas.

Não aplicável

1.6 Caso tenha sido alterada a data do balanço e as demonstrações financeiras anuais sejam apresentadas para um período mais longo ou mais curto do que um ano.

Não aplicável

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:



- Decreto-Lei n.º 158/2009 - de 13/07 (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 - 23/08; Decreto-Lei n.º 36-A/2011 - 09/03; Lei n.º 66-B/2012 - 31/12; Lei n.º 83-C/2013 - 31/12; republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 - 02/06;
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 24 de julho (Estrutura conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 24 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Aviso n.º 8258/2015, de 24 de julho (Normas Interpretativas).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições ao SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, incluídas nas presentes Demonstrações Financeiras para efeitos de comparativos, estão apresentadas em conformidade com Decreto-Lei n.º 98/2018 de 2 de junho, não tendo sido posta em causa a comparabilidade das mesmas.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

A Sociedade adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de janeiro de 2009, e a Sociedade preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

4. Principais políticas contabilísticas

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.



Q
M
[Handwritten signature]

O Órgão de Gestão procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, O Órgão de Gestão concluiu que a empresa dispõe ou consegue os recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

a) Ativos fixos tangíveis

i) Modelo do custo

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 01 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os investimentos efetuados pela Empresa na área concessionária (Termas de S. Jorge) são registados nas respetivas rubricas de "Ativos fixos tangíveis" (Nota B) e depreciados de acordo com a vida útil estimada do bem ou pelo prazo da concessão, se este for inferior à vida útil do mesmo e com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 - 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 8 anos
Equipamentos reavaliados em 2019 ¹	3 - 6 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de

¹ A depreciação dos equipamentos reavaliados em 2019 iniciou-se no exercício de 2021.

M
A
F
E



alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

ii) Modelo de revalorização

Após o reconhecimento das depreciações do exercício de 2019, os equipamentos básicos e administrativos da empresa foram mensurados por uma quantia revalorizada que é o justo valor à data da revalorização menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas subsequentes, determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes (modelo de revalorização). As revalorizações são feitas com a regularidade suficiente que permita assegurar a inexistência de uma diferença materialmente relevante entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor à data de balanço.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios da Empresa. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados como perdas por imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo valor dos ativos revalorizados, sendo consideradas sempre que estes difiram materialmente da quantia escriturada.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, O montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciables, é também transferido para a rubrica “Resultados Transitados”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta e de uma forma consistente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período para período, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos intangíveis	Vida útil estimada
Programas de computador	1 a 3 anos

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c) Imparidade de ativos



Handwritten notes in blue ink, including a circled '6', a checkmark, and a signature.

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou não; no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento inicial de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não pode ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão da perda por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações ou depreciações), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração de resultados.

d) Inventários

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente. Se o valor realizável líquido for inferior, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando-se o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas anteriormente reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.



e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos de acordo com o pressuposto do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo, para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso estejam concluídas.

f) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo amortizado e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica de saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente, no que respeita ao detalhe das operações que as integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais dos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

ii) Dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas ao custo amortizado. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. O desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

g) Provisões



Handwritten initials and a signature in blue ink.

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

h) Matérias ambientais

As entidades nacionais têm a obrigação de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das mais diversas naturezas, as águas residuais, a proteção de solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

A responsabilidade das empresas portuguesas que exerçam uma atividade económica suscetível de provocar danos ao ambiente e a terceiros passou a ser regulada pelo Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, que vem prever a constituição de garantias financeiras para cobertura das responsabilidades, designadamente, através da subscrição de apólices de seguro, obtenção de garantias bancárias ou constituição de fundos próprios.

i) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar” e “Diferimentos”.

j) Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, refletindo eventuais descontos concedidos e não incluindo quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O Rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas: (i) são transferidos para o comprador todos os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens; (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado à posse ou ao controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) a quantia do rédito pode ser mensurada com fiabilidade; (iv) seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade; (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber e referente à fase de acabamento da transação à data do balanço se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade.

l) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento, reconhecido como gasto dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras, encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização de impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

M
A
A



De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

Nos termos do artigo 88º do CIRC a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

m) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.



Handwritten initials and a signature in blue ink, including a circled 'Q', 'M', and a signature.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, que se vence a 01 de janeiro, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

n) Subsídios do estado e outros entes públicos

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

o) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Resultados por ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro consolidado e individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

b) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

M
Q
A
B



A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa, abrangidos nas atividades de investimento, incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa, abrangidos nas atividades de financiamento, incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos.

4.3 Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o órgão de gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.5 Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.



Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'fe', 'M', and a signature.

5. Fluxos de caixa

Desagregação dos valores inscritos nas rubricas de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	152,51	105,78
- Caixa Soctur (sede)	11,06	10,01
- Caixa secretaria		
- Caixa - termas	141,45	95,77
Depósitos à ordem	239.287,51	71.043,75
	239.440,02	71.149,53

Os fluxos de caixa fornecem a informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos obtidos pelos registos contabilísticos da empresa.

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Após o reconhecimento das depreciações do exercício de 2019, os equipamentos básicos e administrativos da empresa foram reavaliados com base em relatório elaborado pelo Eng^o Civil Fernando Manuel da Cunha Cardoso, inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º PAI/11/037, tendo resultado um excedente de revalorização no montante de 380.837,35 euros, vertido diretamente nos capitais próprios na conta "Excedentes de revalorização", de acordo com a NCRF 7.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	4.523,14		4.523,14	5.365,52		5.365,52
Equipamento básico	6.358,50	235.417,91	241.776,41	9.835,75	346.759,24	356.594,99
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo		26.823,23	26.823,23		32.187,87	32.187,87
Outros ativos fixos tangíveis	3.719,63		3.719,63	4.497,49		4.497,49
	14.601,27	262.241,14	276.842,41	19.698,76	378.947,11	398.645,87

7. Partes relacionadas

7.1 Empresas participantes

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 10% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2021:

M
 ↓
 ↓
 ↓



Nome	%	Montante
Município de Santa Maria da Feira	99,52%	125.000

Em 11 de dezembro de 2020, a fim de dar continuidade ao disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, os acionistas deliberaram em Assembleia-geral a redução do Capital Social dos “acionistas - entidades do direito privado”, no montante de 124.400,00 euros, para cobertura de prejuízos de períodos anteriores. Por força desta deliberação, o Município de Santa Maria da Feira passou a deter 99,52% do capital social.

7.2 Transações e saldos pendentes

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	31/12/2021		
	Transações	Saldos pendentes	
		Ativos	Passivos
Partes relacionadas			
Município de Santa Maria da Feira			
Cliente	295.000,00		
Fornecedor	480,34		
Cobertura de prejuízos	147.474,32		
Feira Viva - Cultura e Desporto			
Cliente			
Fornecedor	48,33		
Outros			

da
M

	31/12/2020		
	Transações	Saldos pendentes	
		Ativos	Passivos
Partes relacionadas			
Município de Santa Maria da Feira			
Cliente			
Fornecedor			
Outros	10.810,67	4.800,00	362.483,82
Feira Viva - Cultura e Desporto			
Cliente	16.500,00		
Fornecedor			
Outros			

7.3 Remunerações do pessoal chave da gestão:

Nos exercícios findos em 2021 e 2020 o Conselho de Administração auferiu as seguintes remunerações:

Remuneração	2021	2020
Benefícios de curto prazo	11.726,00	37.992,54
Outros benefícios de longo prazo		
	<u>11.726,00</u>	<u>37.992,54</u>

8. Ativos fixos tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e perdas por imparidade acumuladas;
- Em 2021 as depreciações foram efetuadas pelo método de linha reta, em sistema de duodécimos;
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho;
- Após o reconhecimento das depreciações do exercício de 2019, os equipamentos básicos e administrativos foram revalorizados por um perito independente (nota 6).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia estruturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, depreciações, as perdas de imparidade e as suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:



31/12/2021							
Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	137.179,39	1.062.490,33	30.562,29	183.018,30	79.171,92		1.492.422,23
Aquisições							
Alienações							
Transferências							
Abates		-132.776,43		-18.650,39			-151.426,82
Revalorizações (Nota 6)							
Outras variações							
Saldo final	137.179,39	929.713,90	30.562,29	164.367,91	79.171,92		1.340.995,41
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	131.813,87	705.895,34	30.562,29	150.830,43	74.674,43		1.093.776,36
Depreciações do exercício	842,38	59.035,15		5.364,64	777,86		66.020,03
Perdas por imparidade do exercício							
Reversões de perdas por imparidade							
Alienações							
Transferências							
Abates		-76.993,00		-18.650,39			-95.643,39
Outras variações							
Saldo final	132.656,25	687.937,49	30.562,29	137.544,68	75.452,29		1.064.153,00
Ativos líquidos	4.523,14	241.776,41		26.823,23	3.719,63		276.842,41

31/12/2020							
Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	134.817,73	1.067.336,56	30.562,29	183.018,30	79.171,92		1.494.906,80
Aquisições	2.361,66						2.361,66
Alienações		-2.955,99					-2.955,99
Transferências							
Abates							
Revalorizações (Nota 6)		-1.890,24					-1.890,24
Outras variações							
Saldo final	137.179,39	1.062.490,33	30.562,29	183.018,30	79.171,92		1.492.422,23
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	131.462,31	706.643,61	30.562,29	150.830,43	74.285,51		1.093.784,15
Depreciações do exercício	351,56	2.207,72			388,92		2.948,20
Perdas por imparidade do exercício							
Reversões de perdas por imparidade							
Alienações		-2.955,99					-2.955,99
Transferências							
Abates							
Outras variações							
Saldo final	131.813,87	705.895,34	30.562,29	150.830,43	74.674,43		1.093.776,36
Ativos líquidos	5.365,52	356.594,99		32.187,87	4.497,49		398.645,87



Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'D', 'M', and a signature.

9. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia estruturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e as suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidos de acordo com os seguintes quadros:-

	31/12/2021			
	Projetos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis Total
Saldo inicial		48.413,73		48.413,73
Aquisições				
Alienações				
Transferências				
Abates				
Revalorizações (Nota 6)				
Outras variações				
Saldo final		48.413,73		48.413,73
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial		48.413,73		48.413,73
Amortizações do exercício				
Perdas por imparidade do exercício				
Reversões de perdas por imparidade				
Alienações				
Transferências				
Abates				
Saldo final		48.413,73		48.413,73
Ativos líquidos				



	31/12/2020				
	Projetos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo inicial		48.413,73			48.413,73
Aquisições					
Alienações					
Transferências					
Abates					
Revalorizações					
Outras variações					
Saldo final		48.413,73			48.413,73
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		48.413,73			48.413,73
Amortizações do exercício					
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências					
Abates					
Saldo final		48.413,73			48.413,73
Ativos líquidos					0,00

10. Inventários

10.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. Os custos de compra incluem o preço de compra, impostos não dedutíveis, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

A empresa adota como fórmula de custeio FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que forem comprados sejam vendidos em primeiro lugar e, conseqüentemente, os itens que permanecerem em inventário no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados.

10.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31 de dezembro 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:



Q
M
[Handwritten signature]

Descrição	31/12/2021		31/12/2020			
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	1.905,31		1.905,31	2.186,55		2.186,55
Matérias-primas, subsi, e de consumo	1.225,61		1.225,61	1.184,13		1.184,13
Produtos acabados e intermédios						
Subprod., desperdícios, resíduos e refugos						
Produtos e trabalhos em curso						
Adiantamentos por conta de compras						
	3.130,92		3.130,92	3.370,68		3.370,68

10.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

A quantia de Inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, detalha-se conforme segue:

Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Descrição	2021		
	Mercadorias	Matérias-primas sub. e de consumo	Total
Saldo inicial	2.185,55	1.184,13	3.369,68
Compras	9.496,47	1.411,07	10.907,54
Regularizações			
Saldo final	1.905,31	1.225,61	3.130,92
Gasto do exercício	9.776,71	1.369,59	11.146,30

Descrição	2020		
	Mercadorias	Matérias-primas sub. e de consumo	Total
Saldo inicial	2.072,03	1.001,00	3.073,03
Compras	5.748,21	2.049,03	7.797,24
Regularizações			
Saldo final	2.185,55	1.184,13	3.369,68
Gasto do exercício	5.634,69	1.865,90	7.500,59

11. Provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recurso que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top left of the page.



De acordo com o contrato de concessão de exploração da Termas das Caldas de S. Jorge, no final do período de exploração, a Empresa terá de entregar ao Município de Santa Maria da Feira as instalações e equipamentos, propriedade da última, objeto de cessão em bom estado de conservação, funcionamento e limpeza sob pena de indemnização. É convicção do Conselho de Administração que, como resultado de tais compromissos, não irão ser geradas perdas para a Empresa que devam ser alvo de registo de provisões nas demonstrações financeiras anexas.

12. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento		4.180,98	6.883,32	746,38
Retenção de impostos sobre rendimentos		4.288,02		6.069,42
Imposto sobre o valor acrescentado		1.253,31		553,94
Contribuições para a segurança social		17.395,17		18.775,17
Total		27.117,48	6.883,32	26.144,91

13. Clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor	Perdas por imparidade	Valor líquido	Valor	Perdas por imparidade	Valor líquido
Ativos						
Clientes	16 364,78		16 364,78	9 846,22		9 846,22
Pessoal						
Deved. e credores por acréscimos rendimentos						
Outros créditos a receber	622,28		622,28	20 566,39		20 566,39
	<u>16 987,06</u>		<u>16 987,06</u>	<u>30 412,61</u>		<u>30 412,61</u>
Passivos						
Fornecedores	8 874,85		8 874,85	16 993,11		16 993,11
Pessoal						
Deved. e credores por acréscimos gastos	38 023,42		38 023,42	29 554,59		29 554,59
Outros credores	809,43		809,43	363 494,33		363 494,33
	<u>47 707,70</u>		<u>47 707,70</u>	<u>410 042,03</u>		<u>410 042,03</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Devedores por acréscimo de rendimentos e gastos” apresentava a seguinte decomposição:



6
M
[Handwritten signature]

	31/12/2021		31/12/2020	
	débito	crédito	débito	crédito
Devedores por acréscimo de rendimentos				
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar		19 240,00		20 160,00
Encargos s/ Remunerações Pessoal		4 569,50		4 788,01
Outros gastos		14 213,92		4 606,58
		38 023,42		29 554,59

Nas remunerações e encargos com o pessoal, estão contempladas as férias e subsídios de férias do pessoal efetivo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

14. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Financiamentos Obtidos" apresentava a seguinte decomposição:

	31/12/2021	31/12/2020
Descobertos bancários	0,00	0,00
Financiamento bancário	300.000,00	68.731,58
	300.000,00	68.731,58

Financiamentos obtidos	31/12/2021	31/12/2020
Não Corrente		
Empréstimos bancários	300.000,00	63.241,56
Descobertos bancários		
Locações		
Outros		
	300.000,00	63.241,56
Corrente		
Empréstimos bancários		5.490,00
Descobertos bancários		
Locações		
Outros		
	0,00	5.490,00

Em dezembro de 2021, foi celebrado com o Millennium um financiamento bancário, no montante de 300.000,00 euros, com um período de carência de 12 meses e pelo prazo de 96 meses.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



15. Diferimentos

A Empresa cumpre o princípio da especialização dos exercícios, nesta conta são registados os gastos e rendimentos que serão reconhecidos no período ou períodos seguintes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ATIVOS		
Seguros	75,35	526,41
Outros gastos	<u>9.273,65</u>	<u>14.601,17</u>
Total	<u>9.349,00</u>	<u>15.127,58</u>
PASSIVOS		
Vouchers termais	<u>1.415,00</u>	<u>4.981,78</u>
Total	<u>1.415,00</u>	<u>4.981,78</u>

16. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	152,51	105,78
Depósitos à ordem	239.287,51	71.043,75
Outros depósitos bancários		
Total	<u>239.440,02</u>	<u>71.149,53</u>

17. Capital subscrito

O saldo a 31 de dezembro de 2020 divide-se em 1.256 ações de valor nominal de 100 euros e encontra-se totalmente realizado.

Em 11 de dezembro de 2020, a fim de dar continuidade ao disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, os acionistas deliberaram em Assembleia-geral a redução do Capital Social dos “acionistas entidades do direito privado”, no montante de 124.400,00 euros, para cobertura de prejuízos de períodos anteriores.



Handwritten initials and signatures in blue ink.

18. Reservas legais

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

19. Outros instrumentos de capital próprio

A rubrica de “Outros instrumentos de capital próprio” corresponde a prestações acessórias concedidas por Acionistas, e era como se segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Município de Santa Maria da Feira	628.984,08	628.984,08
Turifeira, Empreendimentos Turísticos, S.A	19.007,96	19.007,96
José Maria Rodrigues Vieira	19.007,96	19.007,96
	<u>667.000,00</u>	<u>667.000,00</u>

As prestações acessórias não vencem juros.

20. Excedentes de revalorização

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a quantia escriturada na conta de “Excedentes de revalorização” apresentava o seguinte detalhe (nota 6):

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Antes de impostos sobre o rendimento	262.241,14	378.947,11
Impostos diferidos	-59.004,26	-85.263,10
	<u>203.236,88</u>	<u>293.684,01</u>

21. Passivos por impostos diferidos

No decurso do exercício de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos foi o seguinte:



	Saldo 01/01/2021	Aumentos	Reduções	Saldo 31/12/2021
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos				
Revalorização de ativos	85.263,10		26.258,84	59.004,26
Mais valia fiscal com tributação diferida				
Subsídios				
	<u>85.263,10</u>		<u>26.258,84</u>	<u>59.004,26</u>

	Saldo 01/01/2020	Aumentos	Reduções	Saldo 31/12/2020
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos				
Revalorização de ativos	85.688,40		425,30	85.263,10
Mais valia fiscal com tributação diferida				
Subsídios				
	<u>85.688,40</u>		<u>425,30</u>	<u>85.263,10</u>

22. Ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço

Os ativos por impostos diferidos, referentes a prejuízos fiscais do exercício e de anos anteriores, foram reconhecidos por ser convicção do Conselho de Administração que seria provável que lucros tributáveis estejam disponíveis em períodos futuros, contra os quais as perdas fiscais ou créditos tributáveis não usados possam ser utilizados.

No decurso dos exercícios de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi o seguinte:

Ano em que foram gerados	Diferenças temporárias dedutíveis	Perdas fiscais não usadas	31/12/2021		Ativos por impostos diferidos reconhecidos	Ano de caducidade
			Créditos por impostos não usados	Total		
2014	24.415,68	24.415,68		24.415,68	5.127,30	2028
2015	104.015,34	104.015,34		104.015,34	21.843,22	2029
2016	79.345,61	79.345,61		79.345,61	16.662,58	2030
2018	25.753,40	25.753,40		25.753,40	5.408,21	2031
	<u>233.530,03</u>	<u>233.530,03</u>		<u>233.530,03</u>	<u>49.041,31</u>	

D
M
A

31/12/2020						
Ano em que foram gerados	Diferenças temporárias dedutíveis	Perdas fiscais não usadas	Créditos por impostos não usados	Total	Ativos por impostos diferidos reconhecidos	Ano de caducidade
2014	120.406,41	120.406,41		120.406,41	25.285,35	2028
2015	104.015,34	104.015,34		104.015,34	21.843,22	2029
2016	79.345,61	79.345,61		79.345,61	16.662,58	2030
2018	25.753,40	25.753,40		25.753,40	5.408,21	2031
	<u>329.520,76</u>	<u>329.520,76</u>		<u>329.520,76</u>	<u>69.199,36</u>	

23. Rédito e outros rendimentos

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rédito	2021	2020
Atividade termal e serviços conexos	479 711,41	329 572,43
Ceias medievais e Viagem Medieval		
Outros serviços conexos com atividade termal		
Subsídios à exploração	295 777,47	59 679,18
Outros rendimentos	1 793,25	17 630,27
Reversões		
Juros obtidos		
	<u>777 282,13</u>	<u>406 881,88</u>

A totalidade das vendas e prestações de serviços em 2021 e 2020 destinou-se integralmente ao mercado nacional.

O contexto pandémico e as medidas sanitárias implementadas no sentido de conter a transmissão e propagação da Covid-19, nomeadamente, a suspensão da atividade termal, condicionaram irremediavelmente toda a atividade da Sociedade nos exercícios de 2021 e de 2020.

24. Subsídios do estado e de outros entes públicos

A quantia de cada categoria significativa de subsídios do estado e outros entes públicos reconhecida durante o período de 2021 e 2020 foi proveniente de:

M



Subsídio	2021			
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rébito do período acumulado
Subsídios à exploração:				
• Contrato-programa	295.000,00	295.000,00		295.000,00 295.000,00
• Segurança social	777,47	777,47		777,47 777,47
	<u>295.777,47</u>	<u>295.777,47</u>		<u>295.777,47</u> <u>295.777,47</u>

Em 10 de maio de 2021, nos termos do disposto nos artigos 32.º e 47.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, o Município do Santa Maria da Feira e a Sociedade de Turismo, celebraram um Contrato-Programa para o ano de 2021, no montante de 295.000 euros, que teve por objeto a definição da missão, os objetivos setoriais da Sociedade de Turismo, e a correspondente comparticipação do Município de Santa Maria da Feira.

Esta comparticipação pública revestiu a forma de subsídio à exploração, destinou-se a ressarcir a Sociedade de Turismo em contrapartida das suas responsabilidades e obrigações assumidas no âmbito daquele contrato-programa.

Subsídio	2020			
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rébito do período acumulado
Subsídios à exploração:				
• Segurança social	31.739,18	31.739,18		31.739,18 31.739,18
• IEFP	27.940,00	27.940,00	15.240,00	27.940,00 27.940,00
	<u>59.679,18</u>	<u>59.679,18</u>	<u>15.240,00</u>	<u>59.679,18</u> <u>59.679,18</u>

Os subsídios do IEFP corresponderam ao apoio de 2RMMG no âmbito da medida incentivo à normalização da atividade empresarial. O subsídio da Segurança social, corresponde à comparticipação no âmbito das medidas de apoio extraordinário à manutenção do contrato de trabalho (Covid-19) - Lay-off simplificado.

25. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos tem a seguinte decomposição em 2021 e 2020:



FE
M
[Handwritten signature]

FSE	2021	2020
Trabalhos especializados	73.190,27	48.928,26
Publicidade e propaganda	819,51	2.593,12
Honorários	1910,2	
Conservação e reparação	20.768,98	19.012,55
Serviços bancários	2.503,85	1.671,57
Ferramentas e utensílios	14.589,08	13.047,21
Material Escritório	1.738,51	2.038,75
Artigos Oferta	579,20	70,00
Eletricidade	32.149,57	28.964,33
Combustíveis	37.779,39	29.996,18
Água	2.856,47	1.321,86
Deslocações e estadas	46,43	11,85
Rendas e alugueres	7.812,96	21.203,74
Comunicação	5.900,21	5.796,94
Seguros	2.465,40	2.060,04
Contencioso e notariado	1.072,50	125,00
Despesas representação		16,05
Limpeza Hig. Conforto	8.585,09	9.204,00
Outros serviços	45,00	2,13
	214.812,62	186.063,58

Os trabalhos especializados contemplam os honorários dos médicos e de outros serviços especializados a que a empresa necessitou de recorrer durante o ano para fazer face às suas necessidades.

26. Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Gastos com o pessoal	2021	2020
Remunerações dos Órgãos Sociais	11.600,00	37.038,54
Subsídio de Refeição dos Órgãos Sociais	126,00	954,00
Remunerações do pessoal	282.280,37	239.173,21
Subsídio refeição do pessoal	29.730,00	21.780,00
Encargos sobre remunerações dos Órgãos Sociais	2.755,00	7.596,94
Encargos sobre remunerações do pessoal	66.466,12	38.731,82
Seguros de acidentes no trab. e doenças profissionais	3.078,51	2.749,07
Outros gastos com o pessoal	2.824,82	2.075,13
	398.860,82	350.098,71

A rubrica “Outros gastos” inclui gastos com a medicina no trabalho, segurança e higiene no trabalho.



Considerando o carácter sazonal da atividade termal, uma parte significativa do pessoal utilizado na exploração das Termas das Caldas de S. Jorge tem o seu vínculo laboral consubstanciado em contratos a termo certo, cobrindo o período o período em que as Termas estão a funcionar. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Sociedade mantinha seis funcionários com vínculo contratual fixo estabelecido.

27. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos” tem no exercício de 2021 e 2020 a seguinte composição:

	2021	2020
Impostos	4.775,39	1.030,77
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários	316,87	
Gastos e perdas em subsidiárias, assoc. e emp. Conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Outros	5.115,51	3.396,93
	<u>10.207,77</u>	<u>4.427,70</u>

28. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” tem no exercício de 2021 e 2020 a seguinte composição:

	2021	2020
Ativos fixos tangíveis	66.020,03	2.948,20
Ativos intangíveis	66.020,03	2.948,20

No exercício de 2021, iniciou-se a depreciação dos ativos fixos tangíveis avaliados em 2019, tendo sido definido uma vida útil entre 3 e 6 anos.

As depreciações do exercício de 2020 foram reduzidas a 50% da vida útil estimada, em virtude da suspensão do funcionamento das Termas de São Jorge de 14 de março a 1 de julho e da diminuição significativa da atividade no segundo semestre.

29. Juros e outros gastos similares

Os juros e outros gastos similares, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2021 e 2020 são detalhados conforme se segue:



6
M
[Handwritten signature]

	2021	2020
Juros suportados	2 644,00	4 028,72
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Outros gastos de financiamento		
	<u>2 644,00</u>	<u>4 028,72</u>

30. Impostos sobre o rendimento

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

Gastos / Rendimentos	2021	2020
Impostos correntes	-10.696,11	
Tributação Autónoma	-368,19	-746,38
Imposto diferido	-6.450,48	
	<u>-17.514,78</u>	<u>-746,38</u>

31. Acontecimentos após a data do balanço

31.1 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

31.2 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia de 24 de março de 2022, no entanto, os acionistas poderão em Assembleia-geral não aprovar as presentes demonstrações financeiras ou solicitar alterações.

32. Divulgações exigidas por diplomas legais

32.1 Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados nos exercícios de 2021 e 2020 pelo Revisor Oficial de Contas são os seguintes:

Handwritten initials and signatures in blue ink.



Tipo de serviços	Honorários	
	2021	2020
Revisão legal das contas anuais	3.000,00	2.750,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade		
Consultoria fiscal		
Outros serviços que não sejam de revisão ou de auditoria		
	<u>3.000,00</u>	<u>2.750,00</u>

32.2 Proposta de aplicação de resultados

O Órgão de Gestão propõe o Resultado Líquido do período, no montante de 56.075,81 euros, sejam aplicados em:

- reservas legais: 2.803,79 euros;
- para resultados transitados: 53.272,02 euros.

33. Matérias ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar e reparar danos ambientais decorrentes do exercício da sua atividade, tendo incorrido em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações, não existindo passivos efetivos ou contingentes de carácter ambiental que devam ser reconhecidos ou divulgados, nem riscos ou obrigações desta natureza que possam ser fiavelmente mensurados e originar saídas prováveis de recursos, a acautelar por via de provisões específicas, pelo que não se justifica definir critérios de mensuração para o efeito, nem quaisquer métodos de ajustamento de valor.

Para cumprimento desta obrigação, a empresa, ao nível da recolha e tratamento de resíduos hospitalares e outros materiais de higiene, recorreu aos serviços da entidade: RENTOKIL INITIAL PORTUGAL, LDA.

Os gastos com recolha e tratamento de resíduos hospitalares e outros materiais de higiene reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2021 e 2020 são detalhados conforme se segue:

	2021	2020
Dispêndios de carácter ambiental	373,18	355,40
	<u>373,18</u>	<u>355,40</u>



Santa Maria da Feira, 24 de março de 2022

O Presidente do Conselho de Administração,

(Município de Santa Maria da Feira, representada por Vítor Carlos Latourrette Marques, Dr.)

A Vogal do Conselho de Administração

(Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, Dra.)

O Vogal do Conselho de Administração

(Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA, representada por Rui Luís Campos Oliveira, Dr.)

A Contabilista Certificada

(Maria do Céu Soares Silva)